

## ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS NO ATENDIMENTO À PESSOA SURDA<sup>1</sup>

ACTUACIÓN DE LOS PSICOLOGOS EN LA ATENCIÓN A LA PERSONA SORDA

PERFORMANCE OF PSYCHOLOGISTS IN CARE FOR THE DEAF PERSON

Gizeli Scalcon<sup>2</sup>

Helen Beatriz Martins<sup>3</sup>

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski<sup>4</sup>

### Resumo

Mesmo quando duas pessoas ouvintes interagem, pode haver fragilidades na comunicação entre elas. Para a pessoa surda, a situação se acentua, podendo produzir o sentimento de ser um estrangeiro em seu próprio país, o que gera exclusão. Este artigo é resultado de uma pesquisa de graduação, cujo objetivo geral é analisar como acontece a atuação de psicólogos diante de demandas de atendimento às pessoas surdas em Chapecó/SC. Do objetivo geral derivam os seguintes objetivos específicos: identificar como acontece a qualificação profissional do psicólogo para o atendimento clínico às pessoas surdas; identificar que desafios o psicólogo encontra no atendimento às pessoas surdas; compreender como se dá o vínculo psicoterapêutico entre paciente surdo e psicólogo. A pesquisa é de caráter qualitativo, e para o levantamento dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, adotando-se a técnica de Bola de Neve. As entrevistas foram transcritas na íntegra e examinadas por meio da análise de conteúdo, com inspiração em Bardin (2016). Portanto, neste texto, abordamos discussões acerca da surdez no seu entrelaçamento com a psicologia. Frente às buscas realizadas tanto com as entrevistadas quanto em campos de publicações científicas, é perceptível a necessidade de inclusão de pessoas surdas nos atendimentos psicoterapêuticos, visando a qualidade de vida e preservando a dignidade de cada uma.

<sup>1</sup> Apoio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - 

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

<sup>3</sup> Graduada em Psicologia na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora e professora do PPGE - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Educação (Unochapecó), Mestrado e Doutorado. Coordenadora do PPGE de 2018 a 2024. Integrante da Linha de Pesquisa *Diversidade, interculturalidade e educação inclusiva*. Líder do Grupo de pesquisa *Diversidades, educação inclusiva e práticas educativas* (Unochapecó). Integrante da Rede de Investigação em Inclusão, Aprendizagem e Tecnologias Educacionais (RIIATE). Sócia da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED); e da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial ABPEE. Consultora CNPq. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq 2.

**Palavras-chave:** Pessoas surdas. Cultura surda. Libras. Atendimento psicológico. Psicologia.

### Resumen

Incluso cuando dos personas oyentes interactúan, puede haber debilidades en la comunicación entre ellos. Para la persona sorda, la situación se acentúa, lo que puede producir la sensación de ser un extranjero en su propio país, lo que genera exclusión. Este artículo es resultado de una investigación de pregrado, cuyo objetivo general es analizar cómo actúan los psicólogos frente a las demandas de atención a las personas sordas en Chapecó/SC. Del objetivo general se derivan los siguientes objetivos específicos: identificar cómo se produce la cualificación profesional del psicólogo para la atención clínica de las personas sordas; identificar qué desafíos encuentra el psicólogo en el cuidado de las personas sordas; comprender cómo se produce el vínculo psicoterapéutico entre el paciente sordo y el psicólogo. La investigación es de carácter cualitativo, y para la recolección de datos se realizaron entrevistas semiestructuradas, utilizando la técnica Bola de Nieve. Las entrevistas fueron transcritas en su totalidad y examinadas a través del análisis de contenido, inspirado en Bardin (2016). Por lo tanto, en este texto, abordamos discusiones sobre la sordera en su entrelazamiento con la psicología. Frente a las búsquedas realizadas tanto con los entrevistados como en los campos de las publicaciones científicas, se advierte la necesidad de incluir a las personas sordas en la atención psicoterapéutica, visando la calidad de vida y preservando la dignidad de cada una.

**Palabras clave:** Personas sordas. cultura sorda. libras. Apoyo psicológico. Psicología.

### Abstract

Even when two hearing people interact, there may be weaknesses in the communication between them. For the deaf person, the situation is accentuated, which can produce the feeling of being a foreigner in their own country, which generates exclusion. This article is the result of an undergraduate research, whose general objective is to analyze how psychologists act in the face of demands for care for deaf people in Chapecó/SC. The following specific objectives derive from the general objective: to identify how the professional qualification of the psychologist for the clinical care of deaf people occurs; identify what challenges the psychologist finds in the care of deaf people; understand how the psychotherapeutic bond between deaf patient and psychologist takes place. The research is of a qualitative nature, and for data collection, semi-structured interviews were carried out, adopting the Snowball technique. The interviews were transcribed in full and examined through content analysis, inspired by Bardin (2016). Therefore, in this text, was possible focus on discussions about deafness in its intertwining with psychology. In view of the searches carried out both with the interviewees and in the fields of scientific publications, the need to include deaf people in psychotherapeutic care is noticeable, aiming at quality of life and preserving the dignity of each one

**Keywords:** Deaf people. Deaf culture. pounds. Psychological support. Psychology.

## INTRODUÇÃO

A comunicação é um recurso social na troca de informações, expressão de opiniões e sentimentos. É comum haver problemas de comunicação entre ouvintes e a

situação se acentua quando uma das pessoas é surda e se o ouvinte não conhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), podendo gerar na pessoa surda o sentimento de ser um estrangeiro em seu próprio país. As dificuldades que surgem na comunicação entre ouvintes e surdos podem gerar exclusão, fazendo com que o surdo ceda seu espaço para a cultura ouvinte, deixando de lado suas particularidades e sua forma de ser.

Pensar na realidade das pessoas surdas nos faz perceber que no Brasil, essa questão é pouco discutida e estudada, principalmente na área de Psicologia. Freire (2003) nos possibilita repensar o sujeito que procura por um serviço de Psicologia e frisa a importância do cuidado com o outro. Segundo o autor, hoje se compreende as psicologias, no plural, como distintas formas de tratar a subjetividade que ao se fazer, constroem outras subjetividades, produzindo sujeitos singulares.

O encontro entre psicólogos e pessoas surdas encontra barreiras na comunicação, o que limita suas possibilidades de interação. De acordo com a Lei 13.146/2015, nomeada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) no Art. 3º. Inciso IV, alínea d, aponta barreiras na acessibilidade, que se referem a “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações, por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação”. Esta lei visa a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A pesquisa tem como tema “Atuação de psicólogos no atendimento à pessoa surda”. A motivação para realizar a investigação emergiu da constatação de que ao longo da graduação em Psicologia, houve discussões breves sobre a acessibilidade, mas não surgiram discussões mais aprofundadas acerca dos atendimentos dos profissionais de Psicologia às pessoas surdas que preparasse ou que instigasse a pensar mais sobre tais atendimentos. Ao realizarmos buscas percebemos que existem raras produções acerca dessa temática.

A pesquisa que realizamos visou promover reflexões para engajar a possibilidade de ampliar os conhecimentos frente à demanda apresentada e acionar um olhar cuidadoso para estes sujeitos e, assim, potencializar o debate sobre esta temática.

Reflexões acerca da implicância de um intérprete no *setting*<sup>5</sup> terapêutico puderam ser evidenciadas, visto que no Código de Ética que embasa a prática da profissão, no Art. 9º, aponta como dever do psicólogo “*respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.*” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 13) Ainda, em seu Art. 10, explicita que em algumas situações de conflito “*excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.*” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p. 13). Assim, compreendemos que a inserção de um terceiro durante o atendimento pode colocar em risco o vínculo entre paciente e profissional, bem como o sigilo, que é a premissa essencial do Código de Ética do Psicólogo. Diante do exposto, lançamos o seguinte problema de pesquisa: como acontece a atuação de psicólogos diante das demandas de atendimento às pessoas surdas em Chapecó/SC?

O objetivo geral da investigação foi analisar como acontece a atuação de psicólogos diante das demandas de atendimento às pessoas surdas em Chapecó/SC. Do objetivo geral derivam os seguintes objetivos específicos: a) Identificar como acontece a qualificação profissional do psicólogo para o atendimento clínico às pessoas surdas; b) Identificar quais desafios o psicólogo encontra no atendimento às pessoas surdas; c) Compreender como se dá o vínculo psicoterapêutico entre paciente surdo e psicólogo.

## **1 OS ATRAVESSAMENTOS DA CULTURA E COMUNICAÇÃO SURDA COM A PSICOLOGIA**

Diferentes terminologias foram/são adotadas ao longo do tempo para se referir às pessoas surdas: surdo-mudo, surdo, deficiente da linguagem, deficiente da audiocomunicação, deficiente auditivo, dentre outros nomes que podem parecer sinônimos, na língua portuguesa, para se referir a um mesmo sujeito. Contudo, seus significados diferem. De acordo com o Decreto 5.626 (Brasil, 2005), no Art. 2º “[...] considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente

---

<sup>4</sup> Local onde ocorrem os atendimentos psicoterapêuticos entre um sujeito que se submete a análise e um profissional formado em psicologia. Um local silencioso, dando ao paciente e ao terapeuta a definição clara de cada papel, permeado por técnicas reconhecidas cientificamente (MOREIRA; ESTEVES, 2012).

pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Esse conceito se fundamenta na perspectiva da filosofia da diferença, enquanto o que segue ampara-se na ótica da representação. Consta, no parágrafo único do Art. 2º do Decreto 5.626 (Brasil, 2005), que “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”. Doravante, adotaremos predominantemente o termo “pessoa surda” ou, “surdo” como referência aos que se entendem como um grupo cultural e linguisticamente diferente. Contudo, manteremos fidelidade aos termos utilizados pelos autores que nos subsidiam.

Ao dialogar com uma pessoa surda e transmitir uma mensagem a ela, é utilizada a Língua Brasileira de Sinais, sendo às vezes considerada a sua língua materna quando convive com outros surdos, desde o nascimento. Conforme nos indicam Chaveiro, Barbosa e Porto (2008) as Línguas de Sinais estão presentes no mundo todo, mas assim como as línguas oralizadas, cada uma tem sua estrutura gramatical e com ela, é possível expressar qualquer conceito complexo, sutil ou abstrato. Para a pessoa surda, este meio de comunicação não se apresenta como um facilitador para seu intercâmbio com o mundo, visto que poucas pessoas ouvintes sabem a Língua de Sinais, o que conseqüentemente torna-se um obstáculo.

Concordamos com Dall’Asen e Pieczkowski (2022, p. 1142) quando afirmam que “Historicamente, tem sido difícil ser surdo e estar incluído nos contextos sociais, por ser caracterizado como ser inferior e incapaz de pertencer a uma comunidade majoritária, que faz uso da língua portuguesa para comunicação”. O conhecimento acerca das especificidades do surdo pode alterar essa compreensão.

A pessoa surda compreende a representação da palavra diferente dos ouvintes. A não constatação dos sons durante a aquisição da linguagem, pode resultar em diferenças significativas no desenvolvimento linguístico e simbólico da criança surda, resultando em especificidades na comunicação e, conseqüentemente, formas de tratamentos diferentes. Quando falamos em especificidades, nos referimos às diferentes formas de cada pessoa surda se comunicar e conforme destacam Romano e Serpa Jr (2021, p. 4) amparados em Mello, encontramos:

[...] surdos sinalizantes (utilizam língua de sinais como principal forma de comunicação), surdos oralizados (desenvolveram habilidades em língua oral), surdos implantados (usuários de implante coclear), surdos bilíngues (surdos com habilidades em Libras e português oral e/ou escrito) e os deficientes auditivos (aqueles cuja deficiência é corrigida pelo uso de Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), ensurdecidos (perderam a audição).

Assim, é possível perceber que os sujeitos surdos apresentam maneiras diferentes de se comunicar e no contato com eles é importante levar em consideração a sua subjetividade. Nesse contexto, é importante ressaltar que a comunicação é uma questão social e cultural, considerando que embora se tenha um meio de comunicação espaço-visual (Libras) tão competente quanto o oral-auditivo (língua oralizada), a maioria das pessoas não têm o conhecimento da Libras (Chaveiro; Barbosa; Porto, 2008) e ainda menos, dos atravessamentos comunicativos que percorrem os espaços de comunicação surdo-ouvinte.

Frente aos atravessamentos linguísticos na comunicação de ouvintes com pessoas surdas, Dall'Asen (2020) aponta que os sujeitos surdos desenvolvem sua própria cultura, com suas particularidades e especificidades. A partir disso, organizam comportamentos e experiências entre seus pares, possibilitando uma identificação. Os pares não são constituídos exclusivamente com pessoas surdas, incluindo nesta cultura os ouvintes engajados com a causa.

Ainda, vale frisar que ao falarmos em cultura, compreendemos que este conceito se modifica e se atualiza à medida que acontecem mudanças coletivas. Dessa forma, cada uma delas é única, em virtude das distintas narrativas que as compõem. Segundo Lopes e Veiga-Neto (2006), a cultura surda, a língua, os hábitos, a forma de organizar as ideias, promovem uma identificação de ser pertencente, o que inscreve os surdos nos campos de lutas relevantes, tanto políticas, sociais, científicas, dentre outras.

As vivências instigam o compartilhamento de vivências, culminando no desenvolvimento da subjetividade. Prado Filho e Martins (2007) afirmam que a subjetividade é um objeto das psicologias que considera as diferenças de cada sujeito, ao passo que entram em discussão os processos de individualização, identificação social, normalidade e reconhecimento de si. A subjetividade possibilita a distinção entre os sujeitos e não implica em sua permanência e regularidade. A consequência do processo de subjetividade é a diferenciação entre si e o outro, tornando-se, portanto, resultado de

processos históricos, culturais, sociais e políticos, efeito das relações de saber/poder, promovendo sujeitos diversos, históricos e localizados, transpassando a ideia de sujeito universal, transcendental e genérico. No entanto, a cultura e a comunidade surda, por estarem inseridas na cultura hegemônica (ouvinte), sofrem com a exclusão que emerge do que a sociedade rotula como diferença (Cromack, 2004). Essa condição, além de privar o uso da língua não hegemônica, priva conhecimentos, crenças comuns e que constituem uma cultura própria e gera impactos nos atendimentos em consultórios psicológicos.

Dessa forma, a constituição da linguagem, da cultura e da subjetividade de uma pessoa surda influencia dentro do *setting* terapêutico e o psicólogo precisa levar em consideração os atravessamentos sociais. Freire (2003) reforça o papel do psicólogo no mundo contemporâneo, pois atualmente, compreendem-se as psicologias, no plural, como distintas formas de tratar a subjetividade que ao se fazer, gera outras subjetividades, produzindo sujeitos diferenciados. O psicólogo, ao pensar seus atendimentos, assume uma função enquanto constitutiva de subjetividade e dessa maneira, deve respeitar a alteridade e o processo de cada um, assumindo a responsabilidade profissional relacionada aos cuidados mentais.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é qualitativa e, segundo Minayo (2009), tem como objeto a compreensão do fenômeno que ocorre em determinado local, cultura e tempo. Esta metodologia se entrega ao mundo dos significados, das relações e ações humanas, um lugar imperceptível antes da inserção.

A técnica para a geração de materialidades empíricas foi a *Bola de neve*, que tem como objetivo eleger uma amostra não probabilística (Vinuto, 2014). Esta técnica utiliza o conceito de sementes, termo que indica as pessoas que foram selecionadas a partir da primeira indicação. Posterior ao contato com as sementes, cada participante da pesquisa indicou outras pessoas adequadas aos critérios da pesquisa, nomeadas de “onda zero”. Seguindo a cadeia de indicações, a “onda um” foi formada pelo primeiro contato indicado da “onda zero” e assim, sucessivamente. Vale ressaltar que nenhum participante pode se repetir entre as ondas (Oliveira, 2021).

Os participantes da pesquisa são profissionais graduados em Psicologia que interagiram com pessoas surdas e/ou realizaram atendimentos a esses sujeitos na cidade de Chapecó/SC. Foram realizadas nove entrevistas semiestruturadas, sendo analisadas apenas sete, excluindo as que não relataram atendimento ou interação com pessoas surdas e conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais. Inicialmente, as entrevistas seriam realizadas de forma presencial, no entanto, considerando a disponibilidade dos participantes, as entrevistas foram realizadas de forma remota, via plataforma Google Meet, tendo a duração de aproximadamente trinta minutos cada.

Foram elencados alguns critérios para a inclusão dos participantes da pesquisa, sendo eles: ser graduado em Psicologia, com registro no Conselho Regional de Psicologia (CRP) ativo e atuação em atendimento psicoterapêutico; realizar tais atendimentos no município de Chapecó; ser semente ou ser indicado pela onda, na perspectiva da técnica da Bola de Neve; e concordar em participar do estudo. Dessa forma, como critério de exclusão foi elencado não ter interação ou histórico de atendimento a pessoas surdas. Frente a isso, com o consentimento dos entrevistados, utilizamos a gravação de voz e posteriormente as transcrições na íntegra. Importante considerar que as entrevistas foram revestidas de rigor metodológico, teórico e científico.

As entrevistas semiestruturadas foram direcionadas por um roteiro com perguntas fechadas e abertas, o que nos possibilitou obter informações qualitativas e quantitativas. Uma característica da entrevista semiestruturada e que motivou a utilizá-la é o encontro de duas ou mais pessoas, o que confronta ideias, crenças, maneiras de pensar e fazer. A entrevista faz reconhecer o lugar do outro e olhar o mesmo contexto sob os vários vieses e possibilidades, acima de tudo, produzindo ciência, aquela que move e mobiliza (Minayo, 2009).

Para realizar a análise das materialidades empíricas, foi utilizada a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin (2016). A autora destaca que o principal foco deste método é a exploração do conjunto de representações de um tema que se pretende investigar. Aponta a necessidade de finalizar a pesquisa, com base no material coletado, articulando os propósitos da investigação à fundamentação teórica utilizada. Com este método, pode-se descobrir além das aparências do que está sendo comunicado.

Esses procedimentos são definidos em três fases: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados e a interpretação. Inicialmente, foi feita uma pré-

análise, em que foi realizada uma leitura “flutuante” das entrevistas que foram submetidas à análise. Após isso, foram definidas unidades de codificação e a escolha de categorias. Por último, foi realizado o tratamento dos resultados e a interpretação. Esta fase, foi o momento de analisar e interpretar as falas.

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Unochapecó e foi aprovado. O desenvolvimento do projeto iniciou após a aprovação nesta instância. As materialidades empíricas foram coletadas mediante as assinaturas dos termos de Consentimento Livre e Esclarecidos (TCLE) e do Termo de Consentimento da Pessoa como Participante de Pesquisa. A gravação das entrevistas se deu após a assinatura do Termo de Consentimento para Uso de Voz.

### 3 O QUE DIZEM AS PSICÓLOGAS ENTREVISTADAS ACERCA DO ATENDIMENTO A PESSOAS SURDAS

Neste tópico, apresentaremos as três categorias organizadas e suas análises com base em Bardin (2016). O quadro que segue é apresentado no intuito de informar o leitor acerca dos sujeitos da pesquisa. Com o objetivo de preservar a identidade dos participantes atribuímos a identificação Entrevistada 1; Entrevistada 2; Entrevistada 3 e assim sucessivamente, seguindo a ordem das datas em que as entrevistas foram realizadas. Todas as participantes da pesquisa são mulheres.

Quadro 1 – Dados dos sujeitos da pesquisa.

Entrevista da	Data	Ano formação	Tempo de atuação	Atendimento a pessoa surda	Subsídio na graduação	Especialização após a formação	Comunica-se em Libras
E1	23/06/22	2021	4 meses	Não	Não	Sim	Sim
E2	21/07/22	2018	4 anos	Sim	Não	Não	Não
E3	03/08/22	2011	8 anos	Sim	Não	Não	Não
E4	10/08/22	2010	10 anos	Sim	Não	Não	Não
E7	22/08/22	2004	15 anos	Sim	Não	Sim	Sim
E8	25/08/22	2009	10 anos	Sim	Não	Não	Não
E9	26/08/22	2010	11 anos	Sim	Não	Sim	Não

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Das entrevistas transcritas resultaram as seguintes categorias analíticas que serão apresentadas na sequência: Formação profissional para atendimento a pessoas surdas em Chapecó/SC; Desafios do psicólogo encontrados no atendimento clínico a pessoas surdas; Vínculo terapêutico e as implicações de um intérprete no setting terapêutico.

#### **4.1 Formação profissional para atendimento a pessoas surdas em Chapecó/SC**

Há implicações que devem ser analisadas e pensadas com cuidado frente à formação profissional de psicólogos para realizar o atendimento a pessoas surdas. Para isso é necessário articular o conhecimento do profissional de psicologia em psicoterapia e o conhecimento da cultura surda e da Libras, possibilitando a comunicação com pacientes surdos, usuários dessa língua.

Para se comunicar em Libras, é necessário conhecimento da estrutura da Língua de sinais para que seja possível estabelecer a comunicação ouvinte-surdo. Assim como em qualquer outra língua, existem diferenças regionais que permitem variações (Luchese; Pieczkowski, 2017). Além disso, a Língua de Sinais é um sistema linguístico altamente estruturado e tão complexo como as línguas faladas, estruturando-se neurologicamente nas mesmas áreas cerebrais das línguas orais (Chaveiro; Barbosa; Porto, 2008).

Luchese e Pieczkowski (2017, p. 234), evidenciam uma discussão pertinente acerca desse assunto, ao afirmarem que

A Libras é uma língua visuoespacial que se articula por meio das mãos, das expressões faciais e do corpo. Na língua de sinais as relações gramaticais são especificadas pela manipulação dos sinais no espaço, sendo considerada uma língua natural, usada pela comunidade surda brasileira.

Ao comentar sobre o processo de aprender Libras, duas das entrevistadas mencionaram pontos significativos de suas experiências:

Aprender Libras é desafiador [...] a nossa língua materna, nós que somos ouvintes, é o português. [...] hoje a minha segunda língua é Libras. Mas toda língua que você aprende é desafiadora (Entrevistada 7, 2022).

Referindo-se a pessoas surdas, a Entrevistada 1 afirma

Eles têm uma compreensão de mundo muito diferente, eles entendem tudo literal, não é nada abstrato. Então, se é verde, é verde, se é azul, é azul, não tem azul esverdeado.

Ao serem questionadas sobre a fluência em Libras, apenas uma das entrevistadas afirma que consegue se comunicar, outras três fizeram curso, no entanto, não se sentem seguras para estabelecer comunicação com surdos sem o auxílio de um intérprete. Em relação à motivação de aprender Libras, a Entrevistada 1 salientou que viu pessoas se comunicando em Libras e se interessou. Por sua vez, a Entrevistada 2 mencionou que

[...] comprei um curso de Libras, mas eu tive muita dificuldade [...].

A Entrevistada 7 relatou que após a graduação em Psicologia constatou que poderia ser desafiada a atender pessoas surdas, mas percebia não ter conhecimento específico para realizar tais atendimentos. Assim, buscou individualmente essa formação na comunidade.

A Entrevistada 9 salientou uma oportunidade de aprendizagem da língua de sinais quando, no primeiro ano de graduação, concomitantemente, trabalhou em uma empresa que contratou uma pessoa surda e que forneceu um curso de Libras e a incentivou a frequentá-lo, o que contribuiu, temporariamente, para ampliar seu interesse nessa área de atuação. Após essa experiência, não voltou a investir nessa formação, uma vez que mudou seu trabalho, assumindo concurso em serviço público. Constatamos que mesmo que seja esperado incentivo do setor público que atende usuários de Libras para a aprendizagem dessa língua, isso nem sempre aconteceu.

Salientamos que em relação ao processo psicoterapêutico, este se dá principalmente por meio do diálogo. Na psicanálise, uma das abordagens teóricas da psicologia, Freud descreve a histeria, em escritos no período de 1893-1895 e destaca que é por meio da fala que o paciente tem a oportunidade de se conectar com ideias, expressando seus sintomas. O autor utiliza o termo “a cura pela fala”, pela técnica da associação livre (Fochesatto, 2011) e este é apenas um exemplo de como a “fala” é importante nesse processo. Ressaltamos que essa ênfase vai variar de acordo com o aporte teórico adotado pelo psicólogo.

A Entrevistada 4 relata a busca de reconhecimento expressa pela sua paciente durante os atendimentos, afirmando que lutava todos os dias para ser reconhecida como uma pessoa capaz, em condição de igualdade com as demais:

Ela tinha dificuldade de audição e um pouco de dificuldade na comunicação, mas eu achava que ela falava super bem. Ela também falava bem devagar, um pouquinho enrolado, mas isso também é um pouco de insegurança dela, porque ela sofreu muito *bullying* na escola e na escola ela também recebia muitos comentários desagradáveis. Mas ela falava muito bem, bem coerente e com tranquilidade (Entrevistada 4, 2022).

A psicóloga entrevistada mencionou que tal paciente parou de ir às sessões, pois estava com medo de perder o emprego, uma vez que por mais que as faltas fossem justificadas com atestado, estavam ocorrendo situações e comentários desagradáveis por parte do seu chefe.

Ao serem indagadas acerca do processo de formação, duas psicólogas relataram que se formaram nos últimos cinco anos e as demais há mais de dez anos. Das sete entrevistadas, apenas uma delas não atendeu pessoas surdas, no entanto, se comunica em Libras. Durante a formação em Psicologia, nenhuma teve subsídios teóricos que as capacitasse para tais atendimentos, segundo as entrevistadas. Três delas se especializaram em assuntos relacionados ao atendimento à pessoa surda após a graduação, por iniciativa própria.

Na cidade em que foi realizada a pesquisa, das três universidades que ofertaram graduação em Psicologia no ano de 2022, nenhuma insere Libras como componente obrigatório. Nas matrizes curriculares das três universidades Libras está presente como componente eletivo, havendo a possibilidade de cursar o componente curricular de Libras, se esta for a escolha da turma ou estudante. Não obstante, como já mencionado, entendemos que apenas o componente curricular de Libras, oferecido pela instituição, não é suficiente para dar o subsídio exigido por tal demanda, uma vez que a carga horária é reduzida, como aponta a Entrevistada 8,

[...] eu acho que fazendo uma disciplina, você não vai aprender Libras em um semestre, vai ter uma noção [...].

Da mesma forma, a maioria dos cursos disponibilizados fora da universidade, possibilitam a formação básica, mas não a proficiência na Libras, segundo a Entrevistada 7.

São cursos praticamente simples [...] para você saber o básico de uma comunicação. [...] Você vai aprender o básico para se comunicar. Não para você fazer um atendimento psicoterapêutico ou psicológico.

As entrevistadas disseram que durante a graduação em Psicologia houve discussões breves acerca do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas, mas em nenhum momento, houve aprofundamentos para tratar deste tema. Além do cuidado e interesse por aprender Libras, há ainda que se pensar na constituição dos cursos de formação dos psicólogos, maneiras de fazer tais atendimentos, ir além do aprender Libras e entender que são necessários alguns cuidados que preparem o profissional para tal demanda, sempre atendendo aos cuidados éticos da profissão.

A falta de subsídio teórico ultrapassa a formação inicial, aparecendo inclusive, na formação continuada, conforme a Entrevistada 8 pontua:

[...] Nem nas pós-graduações. Eu fiz mestrado na área da saúde pública, a gente nem chegou a discutir isso. O que eu acho uma falha da formação, pois mesmo que seja a nível de mestrado em saúde pública, vai preparar as pessoas para pensar a saúde pública ou atuarem na saúde pública e é uma grande demanda. Então, acho uma falha a gente não ter discutido isso.

Compreendemos que há interesse por parte de algumas pessoas em se aprofundar em tal tema e a necessidade desse olhar cuidadoso para esta área, como é exposto pela Entrevistada 8:

[...] eu acho que é uma questão muito importante a ser pensada [...] acho que esse é um tema de bastante relevância social [...] tomara que sirva para os cursos de Psicologia desenvolverem um trabalho de extensão ou alguma atividade a nível de extensão para justamente discutir isso [...].

Assim, compreendemos que os cursos da área da Psicologia de Chapecó/SC, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, não têm contemplado discussões sobre os atendimentos a pessoas surdas e nem para que se possa pensar outras formas de prática e suas implicações diante deste contexto.

#### 4.2 Desafios do psicólogo encontrados no atendimento clínico a pessoas surdas

A comunicação, como já mencionado, é um instrumento importante para expressarmos opiniões e sentimentos. Assim também são os atendimentos clínicos de Psicologia, considerando que ocorre, principalmente, por meio do diálogo. Dessa forma, os atravessamentos linguísticos podem dificultar a troca de informações e a criação do vínculo terapêutico. Apesar da dificuldade, a pessoa surda que procura pelo serviço de psicologia é um outro em relação com o psicólogo, constituído de subjetividade e revestido por uma cultura própria, havendo sempre uma alteridade na relação entre psicólogo e paciente (Freire, 2003).

Ao ouvir as psicólogas entrevistadas, surgem falas recorrentes quando se menciona os desafios encontrados nesses atendimentos, pois, cinco das entrevistadas, mencionaram a comunicação como a barreira primordial, visto que envolve outra língua, que para algumas, é totalmente desconhecida. A Entrevistada 7 tem o conhecimento da Libras e relata que hoje consegue utilizá-la como segunda língua apenas na comunicação com seus colegas e pessoas que frequentam o local de trabalho, constituído também por pessoas surdas, mas que para atendimentos, ainda não se sente segura o suficiente, pois entende os atravessamentos que podem ocorrer. Frente a isso, quando realiza atendimentos, conta com uma intérprete pois há sinais que ainda não domina e aponta:

Imagina você fazer um atendimento psicoterapêutico, a profundidade, que nós enquanto psicólogos temos em aprofundar a história de vida, entender o que a pessoa pensa, enfim, com um terceiro envolvido.

Outro ponto valioso encontrado nos atendimentos realizados pelas psicólogas, foi que por vezes a própria pessoa surda não sabe a Libras e será necessário adaptar a sessão de psicoterapia de acordo com o sujeito, levando em consideração a realidade do paciente, a forma de comunicação escolhida, entender como se constituiu o sujeito surdo e sua forma de comunicação, além da queixa demandada pelo paciente. Tendo em vista o exposto, é compreensível que a cultura surda irá ter grande influência ao realizar os atendimentos, pois ela é carregada de significados. Não basta apenas saber Libras para conseguir se comunicar com a pessoa surda, mas entender um conjunto de significados e

sentidos. Considerando essas diferenças, uma das entrevistadas relatou que recebeu em seu consultório particular, um paciente surdo que optou por se comunicar pela escrita. Outra psicóloga atendeu um surdo que aceitou a presença de um intérprete e outro, que optou por inserir a irmã dentro do *setting* terapêutico (neste último caso era um atendimento esporádico e por este motivo, a psicóloga concordou com essa terceira pessoa).

Como já mencionado, há inúmeras possibilidades de atendimento a uma pessoa surda, porém, a inclusão de um intérprete em um *setting* terapêutico cria inquietações por gerar discussões significativas, visto que a inclusão de uma terceira pessoa afeta o vínculo e o sigilo do paciente.

Lopes e Veiga-Neto (2006) destacam que além da Língua de Sinais, a arte, o teatro, a poesia surda, a noção de luta, a necessidade de viver em grupo e a experiência do olhar, são marcadores culturais da identidade surda fundados em uma alteridade e em uma forma de ser surdo. Quando os autores utilizam o termo “ser surdo” querem abranger neste termo a experiência de ser, de estar no mundo, vivida no coletivo, mas que é sentida de maneiras particulares.

Como forma de contribuir para a discussão, a Entrevistada 9 indica algumas reflexões da sua vivência com pessoas surdas:

[...] é outra linguagem, é um outro mundo e a gente precisa estar bem aberto e conectado a este outro mundo. As formas de comunicação, as formas de subjetivação dessa pessoa, são totalmente diferentes, e então, a gente não pode partir do pressuposto do que eu tenho, que eu sou ouvinte [...] Eu procurei me conectar a essa pessoa, como ela se comunicava, como se sentia em relação às outras pessoas, em relação aos seus familiares. [...] acho importante para o profissional que vai atender que busque esse trabalho, que passe a conhecer, a frequentar, que conheça as associações, entenda um pouco mais da cultura e de outras questões que são importantes e fazem a diferença na nossa capacidade de se colocar, de se colocar no lugar não, mas de entender. Não tem como você se colocar no lugar deles partindo de uma lógica que a gente nunca vai entender como é, mas de conhecer, de estar aberto, de conhecer.

Logo, entendemos como um desafio a compreensão da cultura surda, considerando a maneira como a pessoa surda chegará ao profissional da psicologia e a forma como será estabelecida a comunicação. Há que ser levada em conta a vivência do paciente, bem como sua trajetória de vida, pois, por vezes, a função de um psicólogo pode ser abstrata para a pessoa surda. As entrevistadas também mencionam que o não

conhecimento da Libras pelo psicólogo e a falta de subsídio teórico durante a graduação de Psicologia para o atendimento à pessoa surda são fatores limitantes.

Por sua vez, a Entrevistada 2 utilizou como estratégias aos seus atendimentos a escrita, pois não se comunicava em Libras e não sabia como iniciar o contato com o paciente:

No atendimento com esse cliente que eu tive, a gente só se comunicou por escrito. A gente brincava, a gente só fazia o nosso atendimento por carta. Levou uns seis meses de sessões. Então, eu levava várias atividades sobre inclusão, procurava várias atividades, procurava livros que pudesse ler também. Eu tive que mudar tudo, mas eu não me comunicava e era a única forma que eu conseguia fazer o atendimento e incluir ele.

No caso da Entrevistada 2, o paciente não mencionou que era surdo quando a contatou via mensagem e também não se identificou logo que chegou ao consultório. Ela relata que no início dos atendimentos, ela se sentiu mal, pois o paciente não mencionou que era surdo e ela não conseguiu identificar essa especificidade de início:

Eu fiquei lá esperando um milagre. Daí eu comecei me sentir incomodada. Por que ele está me olhando? O que será que ele quer dizer? Aí passou pela minha cabeça dar um papel e uma caneta para ele [...] eu tive que me redescobrir também e eu tive que testar as coisas.

Chaveiro; Barbosa e Porto (2008) mencionam que a escrita pode ser uma alternativa do surdo nos atendimentos dos serviços de saúde, no entanto, a língua oral-auditiva do seu país é uma segunda língua para este sujeito e como qualquer outra língua estrangeira, para ele, seu aprendizado pode ser difícil. Sendo assim, os autores afirmam que a escrita não é a melhor alternativa para melhorar o atendimento entre o profissional da saúde e a pessoa surda. Além do mais, como já mencionado, a Libras tem uma estrutura de escrita diferente da língua oral-auditiva, muitas vezes podendo gerar implicações na interpretação.

A Entrevistada 3, encontrou desafio similar ao descrito no parágrafo anterior, mas já conhecia a demanda quando o casal chegou ao seu consultório. Utilizou como alternativa a participação de um familiar dentro do *setting* terapêutico, e apesar de envolver um terceiro, considerou o seu atendimento tranquilo. Cabe ressaltar que a profissional optou pela inclusão deste terceiro, pois era um atendimento esporádico, em

virtude de um projeto no qual estava inserida. Este projeto era direcionado a casais grávidos, contribuindo para a vivência do processo gestacional. Contudo, afirma que caso fosse um processo terapêutico de fato, haveria implicações em relação à presença da irmã no *setting*. Além disso, o atendimento se deu durante a pandemia da Covid 19 e a psicóloga teve o cuidado de utilizar *Face Shield*<sup>5</sup> para que o casal pudesse fazer leitura labial.

### 4.3 Vínculo terapêutico e as implicações de um intérprete no *setting* terapêutico

O psicólogo está a serviço do outro dentro do *setting* terapêutico e deve ter a capacidade técnica e teórica para acolher o sofrimento do paciente, indiferente da língua que será utilizada. A chegada da pessoa surda ao profissional de psicologia demanda uma mobilização de acordo com a necessidade de inclusão, fazendo com que este ambiente seja adequado para acolher e cuidar. Conforme Romano e Serpa Jr (2021), existem diferentes formas do paciente se comunicar, variando de acordo com a sua vivência e seus costumes.

Para que o processo psicoterapêutico consiga atingir seu objetivo e que seja possível auxiliar o paciente frente à demanda que cada um apresenta, é necessário que haja um vínculo entre os envolvidos. Assim, o paciente se sente seguro para que possam ser trabalhadas questões doloridas. Cunha *et al.*, (2009) apontam que o vínculo está presente em todo relacionamento e vem sempre acompanhado de emoções, ansiedades, defesas e fantasias. Ainda, há diversas formas de compreender o vínculo na Psicologia, em que uma estrutura relacional ocorre entre duas pessoas ou mais.

São inúmeras possibilidades de definições sobre vínculo, mas basicamente refere uma relação entre duas pessoas. Assim, ao receber a demanda, o profissional há de constituir um vínculo com este paciente, considerando as suas vivências e se amparando em referenciais teóricos e práticos. O vínculo se dará a partir dos encontros, do enfoque, do profissional, do local e objetivos compartilhados e só será possível se houver uma boa comunicação entre os envolvidos (Cunha *et al.*, 2009).

---

<sup>5</sup> *Face Shield* é o nome dado ao sistema de proteção facial feito através de acrílico, acetato ou injeção termoplástica. Também chamada de viseira, máscara ou escudo (PROMETAL EPIS, 2020).

Assim, a comunicação entre o paciente surdo e o profissional ouvinte é afetada diretamente. Ao questionar as profissionais de Psicologia participantes da pesquisa, diversas foram as implicações apontadas, dentre elas, a mais recorrente foi ter um terceiro no *setting* para fazer a ponte de comunicação entre os dois envolvidos. Contudo, Chaveiro; Barbosa e Porto (2008) apontam que alguns surdos valorizam a presença do intérprete, com algumas ressalvas, por exemplo, a desconfiança, o constrangimento de se expor, sentimentos de piedade, além da dificuldade de encontrar intérpretes disponíveis.

A Entrevistada 8 relata que ter um intérprete no *setting*

é um exercício que exige muita paciência, pois tudo que você quer comunicar tem que passar pelo intérprete e o intérprete tem que passar para o surdo.

A Entrevistada 8 salienta que é necessário pensar no vínculo que o intérprete precisa ter também com o paciente e o profissional, vínculo esse já existente entre o paciente e o intérprete advindo de outros acompanhamentos. Nesse caso, a psicóloga também estabeleceu interação com a intérprete e relata:

A comunicação de olhar, era sempre eu e a intérprete e a intérprete e a paciente. Era um arranjo diferente dos outros atendimentos que a gente entra mais em contato com o paciente até através do olhar. É diferente, não tem como comparar.

Ainda, mencionando sua aproximação com a intérprete, a Entrevistada 9 relata:

[...] teve uma intérprete [...] ela estava grávida e aí ela precisou tirar licença maternidade e foi substituída. Com a primeira intérprete a paciente tinha mais vínculo, então o atendimento fluiu muito bem. Aí, quando trocou de intérprete, meio que começou tudo de novo a formação do vínculo. Entende? Prejudicou bastante o acompanhamento, bastante mesmo. Ela diminuiu as coisas que ela trazia, as situações. A troca de intérprete foi uma situação bem importante, porque é outra pessoa que vai ficar sabendo de toda a história [...].

Assim, o intérprete pode interferir diretamente no vínculo terapêutico, primeiro, considerando a premissa do sigilo do processo terapêutico e segundo, pelo fato de que, quando há uma comunicação mediada por um terceiro, pode vir a se tornar um “telefone sem fio” e as informações podem se perder ou chegar distorcidas ao paciente. Além do

mais, existe uma terceira pessoa dentro do *setting*, cuja atuação profissional não é regida pelo Código de Ética do Psicólogo, embora exista o código de ética dos intérpretes. Dessa maneira, segundo a autora, o intérprete de Libras surge como um recurso, mas traz as implicações éticas supracitadas. Além disso, ainda pode propiciar adaptações interpretativas daquilo que é dito pelo psicólogo, assim como do que é dito pelo paciente, sendo o único elo comunicativo no *setting* terapêutico. A Entrevistada 8 relatou como se deu o primeiro atendimento a três:

[...] estava a intérprete, estava a paciente, todas juntas e aí eu fui explicando para a intérprete: eu vou fazer algumas perguntas e eu gostaria que você passasse a ela e aí você vai me dizendo o que ela vai respondendo. Então, a comunicação verbal acontecia entre mim e a intérprete e a comunicação por Libras acontecia entre a intérprete e a paciente.

Nesse sentido, em outro momento, a Entrevistada 8 menciona:

Eu pedia para ela ir traduzindo o que ela estava falando, enquanto ela se comunicava em Libras com a paciente, mas às vezes tinha que perguntar de novo: o que que ela tá falando? pois a intérprete ia traduzindo mentalmente o que a paciente estava falando e às vezes não falava em voz alta para mim. E então, ficava uma coisa de ela entender o que a paciente estava respondendo e eu não entender e aí eu tinha que pedir: você pode traduzir? O que ela está respondendo? O que ela disse?

A Entrevistada 8 relatou que hoje faria seus atendimentos de maneira diferente e que primeiramente, estabeleceria um contato só com a intérprete, como uma preparação, para explicar a forma como conduziria o trabalho na tentativa de diminuir a interferência, adaptando o trabalho dela para este tipo de ambiente. Acrescenta:

Eu acho que teria que ser feito um primeiro atendimento com a intérprete para explicar o que é um acompanhamento psicológico, como a gente trabalha, explicar como é a comunicação. Às vezes, assim, o intérprete vai fazer um comentário pessoal dele que não seria um comentário pessoal do terapeuta. E se o paciente não gostar ou gostar muito, ele talvez não saiba que não foi o terapeuta. Então, eu acho bem delicada a relação com o intérprete no meio.

A Entrevistada 8 ainda mencionou que a interferência é inevitável porque há outra pessoa presente e isso não possibilita neutralidade. A inclusão de um intérprete, de fato, gera implicações éticas, pois há a quebra de sigilo profissional. Porém, quando

investigado as normativas e procedimentos do Código de Ética da Psicologia para utilizar como base os atendimentos para esse público, não foi encontrada nenhuma referência.

O Conselho Federal de Psicologia (2005, p. 7), por meio do Código de Ética, define como princípios fundamentais que *“O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”*.

No documento *“O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa”*, publicado em 2004 por meio Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, consta o tópico *“Código de Ética do Intérprete”* e no seu, Capítulo I, Art. 1º, dispõe sobre os princípios fundamentais desta prática e define que *“o intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele”* (Ministério da Educação, 2004, p. 31).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao realizar a pesquisa constatamos como acontece o atendimento de psicólogos às pessoas surdas em Chapecó/SC. Identificamos que a qualificação profissional do psicólogo para o atendimento clínico às pessoas surdas durante a graduação em Psicologia é frágil, pois há poucas leituras e discussões sobre a especificidade desse público e seus atendimentos. O domínio da Libras requer formação específica, é complexo, moroso e exige bastante de quem busca essa formação, especialmente no atendimento psicológico.

Dessa maneira, o estudante, ao cursar um componente de Libras durante um semestre, o que é oferecido no curso de graduação, mesmo que de forma optativa, provavelmente não irá aprender satisfatoriamente tal língua, mas será muito significativo como estratégia para sensibilizar e despertar o interesse para essa causa e motivação para buscar o aprofundamento. É recomendável que mais discussões acerca da Libras e da pessoa surda sejam inseridas como componentes curriculares ou nas ementas de alguns componentes no curso de Psicologia. É importante, também, instrumentalizar os

estudantes durante a graduação para esses atendimentos, afim de que tenham subsídios profissionais quando depararem com essa demanda no futuro da profissão.

Assim, salientamos a necessidade de promover discussões no âmbito acadêmico, acerca do atendimento à pessoa surda, trazendo visibilidade a esse público e oportunizando o cuidado à saúde mental. Isso faz jus ao que o Código de Ética do Psicólogo propõe, sendo seu princípio fundamental a promoção da saúde e a qualidade de vida dos sujeitos e do coletivo. O referido código indica que o psicólogo contribui para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação e opressão (Conselho Federal de Psicologia, 2005). No entanto, considerando esse contexto, indagamos se a Psicologia vem trabalhando de fato para eliminar tais lacunas para públicos desassistidos, a exemplo de pessoas surdas.

Com base nas entrevistas das psicólogas, visto que o desafio mais recorrente é a fragilidade na comunicação, recomendamos promover discussões acerca dos desafios que cercam um *setting* dentro de um atendimento psicoterapêutico à pessoa surda. Torna-se imprescindível que o psicólogo tenha conhecimento de que cada atendimento se dará de acordo com a especificidade de cada pessoa surda. Alguns recursos foram indicados por profissionais durante o atendimento, visando facilitar e tornar o *setting* um local fecundo para ambos. Mencionaram, como alternativas, a inclusão de um intérprete, a utilização da escrita e dos desenhos, a leitura labial e/ou a inclusão de um familiar que compreenda a língua do surdo.

Ao pensar em tais atendimentos, é importante compreender e levar em consideração as peculiaridades citadas, para que seja promovido um atendimento ético e de qualidade a quem busca por este serviço, tornando-se importante perguntar qual o desejo da pessoa surda e quais possibilidades de atendimento, para ele(a), são melhores.

Além do exposto, é imprescindível levar em consideração o vínculo psicoterapêutico entre paciente surdo e psicólogo. Nas análises realizadas, percebemos que o atendimento é diretamente afetado diante da forma como se dará a comunicação psicólogo-paciente, quando incluimos uma terceira pessoa, como é o caso de um intérprete. É necessário que haja três tipos de vínculo: psicólogo e intérprete, intérprete e paciente, psicólogo e paciente, para que o processo não seja prejudicado. Também constatamos que é necessário que haja um contrato realizado com o intérprete antes dos

atendimentos, explicitando os cuidados éticos, na tentativa de minimizar os atravessamentos que a sua presença pode causar.

Durante as entrevistas, não houve nenhum relato acerca da formação dos intérpretes, porém, é uma alternativa que pode ser pensada, visando aprimorar os atendimentos e manter o sigilo da psicoterapia. Outro fator que merece ser ponderado é acerca do cuidado com o estado emocional do intérprete, para que não seja afetado pelas demandas que o paciente apresentar durante os atendimentos.

Frente às buscas realizadas, tanto com as entrevistadas quanto em publicações científicas, concluímos que os atendimentos a pessoas surdas devem acontecer, visando sempre à qualidade de vida e preservando a dignidade de cada uma. Deste modo, ao pensarmos e pesquisarmos o atendimento psicológico a pessoas surdas percebemos que na cidade de Chapecó (SC), onde realizamos a pesquisa, não há muitas discussões, o que evidencia que esse público está desassistido. O estudo evidencia, também, a importância da interface entre as áreas da educação e da saúde, por meio de um currículo na formação profissional que preencha as lacunas apontadas.

Embora a pesquisa não tenha contemplado a totalidade de psicólogos atuantes no município pesquisado, conseguimos apontar subsídios proeminentes para a utilização de futuros estudos mais aprofundados. Esperamos ter tensionado o tema e evidenciado a importância dos atendimentos psicológicos à pessoa surda com o devido cuidado, especialmente no que diz respeito à comunicação sem a presença de terceiros no *setting* terapêutico.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1 ed. São Paulo: Edições 70. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

[http://www.presidencia.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 20 mar. 2022.

CHAVEIRO, Neuma; BARBOSA, Maria Alves; PORTO, Celmo Celeno. Revisão de literatura sobre o atendimento ao paciente surdo pelos profissionais da saúde. **Revista Escolar Enfermagem USP**, [s. l.], v. 42, ed. 3, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 24, n. 4. p. 68-77, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000400009> Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n4/v24n4a09.pdf> . Acesso em: 2 out. de 2022.

CUNHA, Ana Maria T. R. da et al. A psicanálise das configurações vinculares e a terapia familiar. In: OSORIO, Luiz Carlos et al, (org.). **Manual da Terapia Familiar**. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DALL'ASEN, Taise. **A aprendizagem da língua de sinais por crianças surdas**: dos primeiros anos de vida à aquisição do português escrito. Dissertação de Mestrado (*Stricto Sensu* em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Unochapecó. Chapecó. 2020.

DALL'ASEN, Taise; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Surdez, identidade e diferença. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1129-1147, abr./jun. 2022.  
DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v17i2.14593>  
Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14593>  
Acesso em: 19 jan. 2023.

FOCHESATTO, Waleska Pessato Farenzena. A cura pela fala. **Revista Estudos de Psicanálise**, ed. 36, p. 165-172, dez. 2011.

FREIRE, José Célio. A Psicologia a Serviço do Outro: Ética e Cidadania na Prática Psicológica. **Psicologia, Ciência e Profissão**. 23, (4), 12-15, 2003.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Marcadores surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Revista Perspectiva**, v. 24, p. 81-100, jul./dez. 2006.  
DOI: <https://doi.org/10.5007/1913-25X.2006.00000000>. Disponível em:  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10541>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LUCHESE, Anderson; PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. A comunicação como possibilidade de inclusão de estudantes surdos. **Revista pedagógica**, [s. l.], v. 19, n. 41, p. 226-241, mai/ago 2017. DOI: <https://doi.org/10.22196/rp.v19i41.3716>. Disponível em:

<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3716>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília. DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28 Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC/SEESP, 2004. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MOREIRA, Letícia Machado; ESTEVES, Cristiane Silva. **Revisitando a teoria do setting terapêutico**. Portal dos psicólogos, 2012. Disponível em:  
<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0628.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

OLIVEIRA, Milene da Silva. Caminhos metodológicos. **Exercício profissional de docentes com deficiência visual: acessibilidade para quem?** Dissertação de Mestrado (*Stricto Sensu* em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), Chapecó/SC, 2021. Disponível em:  
<http://konrad.unochapeco.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PRADO FILHO, Kleber; MARTINS, Simone. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 14-19, set/dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/NJYycJNvX58WS7RHRssSjH/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

PROMETAL EPIS. **Face Shield: Veja a importância deste EPI!**. 2020. Disponível em:  
<https://www.prometalepis.com.br/blog/face-shield-veja-a-importancia-deste-epi/>. Acesso em 09 de nov. de 2022.

ROMANO, Bruna; SERPA JR, Octavio Domont de. Singularidades da comunicação no encontro de pessoas surdas e profissionais de saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. v. 31. 2021. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/physis/a/DkjZrrPFMgQSMbQZrH5CzRC/?lang=pt&format=pdf>  
Acesso em: 03 de outubro de 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, 44 ed. p. 203-220. Agosto de 2014.

Enviado em: 26-01-2023

Aceito em: 27-12-2023

Publicado em: 27-03-2024